

Ao identificarem o risco de descasamento entre ativos (investimentos) e passivo (pagamento de aposentadorias e pensões) e o consequente desequilíbrio nos planos, já que o governo parou, em 2008, de emitir títulos com correção equivalente ao IGP-DI, muitas entidades fechadas de previdência privada já trocaram os indexadores de seus planos de IGP-DI para IPCA. Para se ter uma ideia, do valor total pago em aposentadoria complementar no país, apenas 7% são de benefícios indexados ao IGP-DI e mais da metade desse valor é pago pela Vivest.

Entre as 16 entidades fechadas de previdência complementar consideradas “entidades sistematicamente importantes” pela Previc – ou seja, entidades com grande patrimônio e muitos participantes, altamente relevantes para o sistema e que requerem acompanhamento constante –, além da Vivest, apenas Real Grandeza e Banesprev, ainda utilizam IGP-DI como indexador.

A Previc, inclusive, acompanha a utilização o IGP-DI nos planos como um risco do negócio.

Além disso, praticamente todas as fundações que possuem planos indexados ao IGP-DI ou IGP-M estão discutindo a mudança. Em maio, a Fachesp (Fundação Chesf) informou aos participantes que está dando andamento ao processo de alteração do regulamento dos planos de Benefício Definido (BD), de Benefício Saldado (PS) e de Contribuição Definida (PC), com objetivo de trocar o indexador atual, que é o IGP-M, pelo IPCA.

No começo de junho, a Fundação Real Grandeza (Furnas Centrais Elétricas, Eletrobrás Termonuclear, Eletronuclear) também comunicou aos seus participantes que está estudando a troca do indexador de seu plano CD. Proposta semelhante está em curso na Telos, o fundo de pensão dos funcionários da Embratel, com objetivo de trocar o IGP-DI pelo IPCA.

A Revista Investidor Institucional, inclusive, já abordou o tema em uma matéria especial. Para saber mais, [clique aqui](#).

Fonte: [Vivest](#), em 28.07.2021.